

Cidade como Lugar do Próprio e do Absoluto: Os Dilemas de uma Política de Valorização de Bens Culturais¹

Ana Luiza Carvalho da **Rocha**

Introdução

Que experiência singular revela a Cidade que nos possibilite enriquecer o debate em torno de bens culturais intangíveis no corpo de uma reflexão conceitual maior sobre uma política de preservação cultural em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul? Inicialmente, é importante situar que existem muitas formas de se abordar a Cidade do ponto de vista da preservação e valorização de seus bens culturais. Para iniciar este assunto escolho, não de forma arbitrária, desenvolver a idéia de que a Cidade como fenômeno que encerra um espaço humanizado singular preserva valores éticos e morais coletivos profundamente enraizados na Grande Tradição da cultura ocidental.

Gostaria de inverter um pouco o percurso do debate que costuma se tecer em torno do patrimônio cultural e recolocar o tema da preservação de bens culturais coletivos no corpo das formações de significado intrinsecamente construídas por nossa cultura ocidental acerca da Cidade. Ou seja, trata-se de se situar lendas, crenças, saberes e fazeres, histórias, tradições, hábitos e costumes do homem ocidental no corpo dos processos de criação e fabricação da Cidade e suas repercussões para uma política de valorização de seus bens culturais no meio urbano contemporâneo.

1. A Cidade como guardião de bens intangíveis da Grande Tradição Ocidental

Proponho aqui que uma reflexão em torno da preservação de bens culturais no interior da Grande Tradição ocidental moderna, onde a Cidade é vista como parte do processo de autonomia individual dos sujeitos sociais e de realização das produções simbólicas humanas que visam à libertação do homem da sua natureza animal e do mundo natural.²

Trata-se, pois de inserir a Cidade no corpo das motivações simbólicas do homem ocidental, onde “as tentativas de transposições terrestre de um tipo de *civitas Dei*”,³ no plano

¹ Texto apresentado no Seminário Preservação e valorização de bens culturais intangíveis. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

² Ver a respeito à obra de M. de Gandillac, *Gênese da Modernidade*, RJ, Ed.34, 1995, onde o autor, tomando textos do início do séc. V ao início do séc. XVII, anunciadores da modernidade científica, trata de desvendar o velho sonho da Cidade de Deus como mito de fundação das subestruturas econômicas e políticas da nova sociedade prometéica nascida na Europa ocidental nos séculos subsequentes.

³ Cf. idem, pg. 22.

do mito das “harmonias econômicas”, resultou na configuração espacial das modernas cidades urbano-industriais e na utopia que esta encerra, ou seja, a co-existência harmônica de grupos sociais, de culturas, de línguas, de religiões, de idades e de atividades humanas diversificadas.

A Cidade, que do ponto de vista moderno desvenda-se como forma de organização espacial-temporal policêntrica e polissêmica, espaço de produção e expressão do Múltiplo, exige uma retomada das formas de se pensar a Cidade transmitidas e difundidas pela civilização ocidental. A Cidade, portanto, enfocada como território enraizador da pluralidade e da heterogeneidade étnica, social e cultural humana guarda em si mesma uma dimensão patrimonial intangível, herança dos mitos de origem da Europa ocidental.

A tese que procuro desenvolver é que as modernas sociedades urbano-industriais guardam em si bens intangíveis justamente naquilo que abriga de motivações simbólicas de seus habitantes. Ou seja, precisamente pela forma com que engendra a expressão originária de uma comunidade de destino no Ocidente, a Cidade ocupa o lugar de enraizamento de valores éticos e morais de liberdade, de igualdade e de fraternidade construídos na retomada das “lembranças históricas” do seu passado grego-helenístico.⁴

Situada, assim, no centro da memória coletiva da civilização ocidental e de seus paradigmas acerca das formas e arranjos da vida em sociedade, dos gregos aos nossos dias, a Cidade abriga os saberes que o homem ocidental construiu acerca de si e de seu passado até despontar, na Modernidade, como espaço urbano-industrial onde se processa a riqueza a qual todos têm direito a usufruir.

A Cidade como berço da filosofia da cultura ocidental esta presente tanto na obra de Platão, apresentando-se na ambivalência com que o filósofo julga a vida coletiva na Polis, associada freqüentemente a uma quase-utopia totalitária, quanto em Aristóteles, onde ela desponta como cenário do pragmatismo das ações dos diferentes grupos humanos na busca da realização de suas necessidades vitais.

Da mesma forma, a Cidade se faz presente na filosofia medieval, na obra de Tomas de Aquino. Em suas derivações agostinianas, ela surge dentro de uma concepção ubíqua de um cosmos que é, ao mesmo tempo, lembrança da Babilônia terrestre e ideal de uma Jerusalém celeste.⁵

⁴ Certamente, se abandonada à perspectiva das utopias universalistas, o ensaio de idéias adotado aqui poderia ser amplamente recolocado nos termos de outra filiação, o domínio da técnica pela mão humana, em que a cidade moderna revela suas raízes que retrocedem a Idade da Pedra, cf. Mumford, L. *A cidade na História*, SP, Martins Fontes, 1982, cap. 1 e cap. 3.

⁵ Segundo Foucault de Coulanges, *A cidade antiga*, SP, Martins Fontes, 1981, p.151, as cidades gregas e romanas traçam imagens distintas da cidade medieval pela ausência do Deus universal do cristianismo.

Com a passagem dos séculos, entretanto, já no despontar da época moderna, as formas de se conceber a Cidade ganham novos contornos, agora no corpo das preocupações com a secularização das ações humanas no mundo. Ela aparece, inúmeras vezes, como aparelho de captura e conservação dos grupos humanos ao tomar a forma do poder do déspota imperial, para transfigura-se, lentamente, na imagem de um espaço de acumulação, teatro e usina de luta de classes.⁶

Chega-se, finalmente, a era da Cidade secular, concebida a partir do caráter monumental de seus componentes, cujas construções, acolhendo o passado de um povo, falam de território de armazenagem de homens e coisas. Cidade que reúne e colhe a diversidade numa unidade espacial, lugar que encerra trabalho, criação e ação humanos.

Nas trilhas difusas do cenário pós-moderno, a Cidade recentemente veicula discursos sobre processos de criação, fabricação e acumulação de capital financeiro e cultural que não seguem mais o ritmo do espaço-tempo urbano fechado sobre si mesmo, mas a um espaço-tempo desterritorializado.⁷

2. Cidade e os processos de criação e fabricação de utopias

Retomando o tema em questão, a Cidade preserva e valoriza de bens culturais porque ela se desvenda como expressão dos mitos de fundação de uma comunidade urbana no Ocidente, reunindo lendas, crenças, saberes, fazeres, estórias, tradições... e utopias.

A Cidade como espaço fantástico onde as motivações simbólicas de diferentes civilizações modelam arranjos espaciais é tributária da imaginação criadora do homem ocidental. Da Grécia aos dias atuais, ela encerra problemas morais e políticos os mais diversos balizados por três grandes eixos de construção de sentido: a alma individual, a cidade ideal e o discurso filosófico.

Pensadores como Platão e Aristóteles contrapunham-se em seus discursos sobre a utopia urbana na forma como concebiam a Cidade, mas convergiam no momento em que a apresentavam a Polis como palco de reflexão de uma teoria ética e política traduzível na construção pedagógica de um arranjo de vida social.⁸

⁶ A passagem da cosmo-polis, “dos deuses da cidade para a comunidade universal do gênero humano”, Harvey Cox, *A cidade do homem*, RJ, Paz e terra, 1971, p.24, no período “burguês”, implicou uma transição, permeada de conflitos entre as raízes mitológicas da existência comunal primitiva humana e a utopia do comunismo socialista.

⁷ Ver, por exemplo, a forma como a cidade se apresenta na obra de Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, ou de Jean Baudrillard, *América*. Podem-se percorrer os comentários de Walter Benjamin sobre a poesia de Baudelaire e de Simmel sobre a tragédia da cultura como paradigmáticos de todo um pensamento sobre a cidade contemporânea.

⁸ Cf. Pierre Assay & René Schoonbrodt, *Penser la Ville, choix des textes philosophiques*, Paris, AAM, 1989

Na Idade Média, sob a influência da revolução copernicana, a Cidade se apresenta na “ausência de ordem”, configurando-se posteriormente, na Renascença, enquanto um lugar onde a memória histórica de uma comunidade aponta para captura de sua alma, expressão do *genius loci*. Na trilha das descobertas de Galileu acerca das leis cósmicas, a Cidade se transforma, sendo vista sob a perspectiva do plano conceitual e paradigmático de suas produções, tendo o palácio real como centralidade organizadora.⁹

Quando desponta os primeiros raios luminosos do período da Ilustração no Ocidente moderno, a Cidade já fornecia, portanto, aos filósofos, pensadores e intelectuais um conjunto de valores ético-morais espacialmente delimitados em termos da feição de um território de vida coletiva; lugar onde se depositaram lentamente diferentes instituições humanas e para as quais foi atribuída uma pluralidade de sentidos acerca da natureza dos vínculos sociais.

3. Cidade e a crença no individualismo democrático

A Cidade, portanto, é um lugar de figurações de utopias que encerra a idéia de Civilização. Enquanto território de transmissão de saberes e fazeres¹⁰ a Cidade revela-se um território fantástico capaz de ilustrar a forma como o pensamento do homem ocidental se traveste de um esquema cultural urbano para projetar os símbolos através dos quais organiza o mundo.

Sob este ângulo, o debate atual sobre uma política de preservação e conservação de bens culturais para as modernas sociedades urbano-industriais deveria contemplar as estruturas espaciais da Cidade como tributária de uma fantástica transcendental através da qual o homem ocidental tem operado o seu conhecimento do mundo social e cósmico. Neste sentido, a civilização urbana em se que vive hoje tanto quanto os postulados de cidadania universal que aí se professam são, sem dúvida, a realização do poder eufêmico das motivações simbólicas com as quais o homem ocidental construiu sua forma de existência no mundo.

Paisagens urbanas cuja trama espacial esta em processo violento de destruição e de transformação em face da agitação temporal, numa época de globalização volta-se para o debate das políticas culturais na área de preservação patrimonial. Uma das portas de acesso a compreensão desta fantástica transcendental que enfeixa hoje esta ordem de

⁹ Ver a respeito a obra de Norberg-Schulz, *El significado en la arquitectura occidental*, Buenos Aires, Summa, 1980, onde o autor analisando a arquitetura do renascimento, tece comentários sobre o espaço espiritualizado da Idade Média e a sua passagem para uma concepção de espaço como ordem concreta e geométrica.

¹⁰ Cf. M. de Certeau, *A invenção do cotidiano*, Vol. I e II. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

De preocupação com o “passado” talvez seja um antigo e sábio provérbio medieval que diz: “o ar da cidade emancipa”.

Um velho provérbio tem sempre origens remotas, sendo capaz de acender a memória coletiva de uma comunidade ao fazer reviver os mitos e as utopias que orientam as ações humanas no mundo. A Cidade no Ocidente tem suas filiações mitológicas e aparece sempre como um operador maior de emancipação humana dos fatos do mundo.

O sentido “emancipador” atribuído ao “ar” que contamina a Cidade foi “descoberto” por pensadores, intelectuais e filósofos do séc. XIX, preocupados com a cidadania universal. A Cidade encerrava, assim, o ideal da liberdade humana, livre dos constrangimentos locais e tribais: fenômeno que surgia da confluência da Revolução Francesa e da divisão do trabalho instaurado pela Revolução Industrial. Desde então, o homem ocidental não haveria mais de pensar em liberdades, mas na Liberdade.¹¹

Sob a ótica do “ar emancipatório” que abrigou o nascimento da Cidade democrática, a vida nas modernas sociedades urbano-industriais continua a se oferecer como teatro onde se espetaculariza o tema da liberdade humana.

Na era da globalização, a necessidade de se projetar uma política de preservação, apropriação e construção de bens culturais exige, hoje, que se pensem os mitos de fundação da Cidade na Grande Tradição ocidental e o lugar que aí ocupam os postulados do individualismo moderno. Trata-se, sem dúvida, de se precisar os valores éticos e morais que sustentam a idéia de uma personalidade urbana livre, situada na encruzilhada de duas noções de liberdade: a da independência individual (nascida na Revolução Francesa), e da formação de uma originalidade pessoal cuja fonte é a cultura cristalizada.

4. A Cidade e os impasses das ações discursivas acerca de bens culturais intangíveis

Assim, num primeiro olhar despreocupado sobre a questão, certamente pode-se concordar que seja possível atribuir ao patrimônio edificado de uma grande metrópole, o estatuto de objeto de ações de uma política cultural. Do ponto de vista do patrimônio etnológico, entretanto, atribuir uma política cultural para a preservação/conservação de um espaço construído implica inscrever a dinâmica das construções de sentido acumulados por

¹¹ Seria interessante aqui se reportar a obra de H. Wofflin, *Renascença e Barroco*, SP, Perspectiva, 1989. onde o autor fala do ambos os “estilos” enquanto expressões de épocas, estando ligadas a seus repertórios de idéias e de imagens. Este autor nos permitiria relativizar o quadro de evolução aqui traçado, complexificando o argumento aqui exposto do isomorfismo entre as formas espaciais e de vida coletiva geradas na cidade e as motivações simbólicas presentes a contextos psicossociais diferenciados, o que foge ao viés adotado para este artigo.

uma comunidade urbana num sistema de leis e regras que incidem em formas de ser e viver não-discursivos de seus grupos sociais.

Vejo aí alguns impasses a serem pensados. Primeiramente, estranhas a linguagem científica e técnica, há uma dimensão das manifestações culturais humanas associadas a um patrimônio edificado que se configura como intangíveis, pois um espaço humanizado expressa formações culturais de sentido intrinsecamente construídas no plano de ações humanas não discursivas tanto quanto alude a configurações simbólicas cuja dimensão ética e estética encontra-se em constante processo de criação.

Assim, trata-se do desafio de se ampliar a idéia de bens culturais para uma noção que abrigue no seu interior uma totalidade maior de formas do espírito humano se manifestar na intencionalidade de suas ações no mundo que não um conhecimento conceitual, isto é um “saber cotidiano” que se nutre da instabilidade dos processos da vida coletiva onde se enraíza.

Segundo, devemos estar atentos ao fato de que os bens culturais que encerram o patrimônio material e físico resultado das atividades humanas no mundo não se esgotam no âmbito das regras e sistemas socialmente construídos para regular a vida coletiva em sociedade.

Ao contrário, pensadores preocupados com a fundação de uma *filosofia da cultura* como Simmel, Cassirer e outros não cansaram de afirmar que as obras da cultura não podem ser entendidas apenas através de uma lógica técnico-científica (capaz de contemplar ações discursivas), mas devem ser enfocadas enquanto formas simbólicas que encobrem uma construção de sentido para o mundo

Terceiro, tentar traduzir formações culturais de sentido em textos científicos e documentos referenciais de “conhecimento puro”, base de uma política de preservação de patrimônio cultural que busca “orientar” a vida coletiva no sentido da defesa de seus bens mais caros, pode significar um “congelamento” do dinâmico processo de criação de sentido para o mundo intrínseco à configuração da sociedade humana.

As políticas culturais para a área do patrimônio tendem a converter-se num “etnocentrismo por anexação”¹², ou seja, na defesa da autonomia e perpetuação de formas de manifestações culturais dos grupos com base no “regulamento social” da potência

¹² Expressão cunhada por C. Lévi-Strauss, *L'Identité*, Paris, PUF, 1977, e que se pode, aqui, referir ao tema do debate dos bens patrimoniais e das identidades culturais na medida em que o autor, ao comentar a topologia adotada pelo *logos* ocidental, aponta para o fato de, em sua tentativa de criar a intimidade de valor um valor singular para um povo ou nação cria para eles o mito da insularidade, numa oscilação permanente entre a identidade própria a cada cultura ou a cada sujeito e a forma de uma identidade universal de homem do ponto de vista de um subjetivismo empírico.

significativa das ações humanas no mundo acaba-se por sufocar uma liberdade criadora de sentido que não obedeça a este “regulamento”.

Importante que não se esqueça que do “ar de emancipação” que a vida urbana sugeria aos olhos do homem medieval, a Cidade moderna resultou, ao mesmo tempo, no sepulcro da cultura tanto quanto no lugar de sua dessacralização.

A Cidade moderna nasceu do afastamento entre o mito e o sagrado do corpo de experiência profana das aglomerações urbanas. Exacerbando a idéia do sujeito moral, livre e autônomo (que concentra a expressão “seja você mesmo”) e ignorando a fecundidade dos mitos, das lendas e das crenças tradicionais que nutriam as formas de vida coletiva no seu interior, as políticas culturais que se originaram na Cidade moderna (inspirando-se na intangibilidade do mito do Progresso) voltaram às costas as práticas não discursivas que configuram a vida urbana e viu-se, finalmente, submersa no emaranhado de temas aparentemente insolúveis para o Estado Moderno como o que hoje estamos abordando. Isto é, vivem-se hoje impasses significativos na definição de uma política de preservação e conservação de bens culturais.

Como muitos antropólogos contemporâneos apontam, os bens patrimoniais que constituem uma Cidade configuram-se não apenas num espaço construído e edificado, mas nos mitos, saberes, fazeres e tradições que se apresentam ordinariamente no interior das manifestações culturais de seus habitantes, os quais não são contemplados nos regulamentos propostos para uma política de defesa de patrimônio cultural no meio urbano. Refiro-me aqui a dimensão intangível, porque simbólica, das feições da vida urbana que, pelo segredo que carregam, adquirem um estatuto indefinido do ponto de vista de uma política de preservação e valorização de bens culturais, mas que agem na conformação de um patrimônio cultural urbano.

Parte intrínseca dos bens culturais intangíveis de uma Cidade são as práticas ordinárias de seus grupos sociais as quais, freqüentemente, não encontram inteligibilidade na razão técnica de uma política patrimonial. Presa de escrituras científicas e elaborações intelectuais, a Cidade, enquanto espaço humanizado carrega consigo uma dimensão profunda de mitos, lendas e crenças que contam muito dos valores ético-morais de seus habitantes.

Longe das ações discursivas, a Cidade abriga fazeres e saberes que conformam comportamentos exemplares de seus grupos sociais e investem de sentido seu cotidiano. Não é por acaso que se detecta cada vez mais a incapacidade de se criar uma legislação voltada para um patrimônio cultural edificado que leve em conta as formas culturais intangíveis que encerra um modo de ser urbano. Entretanto, tal separação é um grande equívoco e tem suas

razões solidamente construídas na própria trajetória do nascimento do Sujeito da Razão e do Sujeito Político na Modernidade.

As ações discursivas que fazemos acerca de uma política de preservação e conservação de bens arquitetônicos e urbanísticos de uma Cidade, bens edificados que configuram uma paisagem urbana, enraízam-se no espaço dos seus mitos, criando em seus territórios uma hierarquia e configurando a cidade qualitativamente em lugares carregados de sentido: o mercado, as feiras, as praças, os botequins, os passeios públicos.

5. Origens dos impasses: as diferenças entre bens culturais tangíveis e intangíveis

A distância que separa os bens culturais de uma Cidade de acordo com sua tangibilidade já se anuncia com os gregos, na separação que estes estabelecem entre *muthos* e *logos*. A organização do espaço da cidade grega já revelava um limite-lei entre os Oitos, lugar da vida privada de significação, e a *Agora* onde o *logos* se desenvolve.

Entretanto, como nos ensina a história, na Grécia o afastamento da vida urbana dos mitos sagrados que a fundaram enfraqueceu os laços clânicos locais em proveito do aparecimento de uma democracia limitada, numa vitória do político sobre o tribalismo. Voltando-se progressivamente as costas a dimensão intangível que configurava o habitat urbano das cidades medievais, numa releitura do *logos* dos gregos, o intelectualismo democrático do homem moderno permaneceu preso de uma nostalgia: a nostalgia das imagens da Cidade como território-expressão do fim das guerras, do fim das lutas, do fim dos tempos.

Novamente, como nos aponta alguns historiadores da Cidade, a cultura ocidental faustiana, contemporaneamente, tem sua expressão intangível em cidades mundiais que se exteriorizam numa expansão infinita tanto quanto a catedral gótica, a perspectiva na pintura e na vila renascentista revela parte deste processo. Os bens tangíveis, separados da inteligibilidade dos símbolos e mitos de uma civilização faustiana e produtivista, que nega a existência de Deus e suas fontes mitológicas, são motivos de reflexão de intelectuais modernos e contemporâneos como Rousseau, Nietzsche e Heidegger.

Muitos pensadores e filósofos modernos e contemporâneos nutrem-se da expressão de um sentimento anti-urbano para falar da Cidade. A crítica a decadência dos valores humanos, por exemplo, aparece no gigantismo de suas edificações e na esterilidade das relações sociais no seu interior, como na afirmação de Spengler¹³ ao analisar a Cidade pela ótica da

¹³ Cf. Pierre Assay & René Schoonbrodt, Cap. VIII, “Le cimetière des civilisations” *Penser la Ville, choix des textes philosophiques*, Paris, AAM, 1989.

construção de gênero no Ocidente: "Em lugar de crianças, ela (a mulher) tem conflitos psíquicos, seu casamento é um problema de artista".

Entretanto, parafraseando Sennet¹⁴ a Cidade pode ser o lugar onde é possível se unir aos outros. Para tanto, há que se pensar que o patrimônio cultural tangível que configura a Cidade industrial-moderna contempla em seu interior, expressões intangíveis que lhe asseguram sentido tanto quanto àqueles que ela abriga.

6. Perspectivas e embaraços

Para se pensar o tema da Cidade no corpo de uma política de preservação e valorização dos bens culturais intangíveis há que se evitem duas armadilhas.

Primeira armadilha: a tendência a colocar o tema dos bens intangíveis fora da serialidade e dos encadeamentos dos fenômenos e manifestações culturais concretas que configura uma estética urbana, ou seja, de uma formação cultural de significação que comporta motivações e intencionalidades que ultrapassam as ações práticas dos atores sociais que as criam e seu patrimônio edificado.

Nesta perspectiva, contemplar a memória no corpo de uma política patrimonial para a cidade democrática significa reconhecer a força intangível das motivações simbólicas que regem as ações sociais humanas neste território, o que significa que não se pode ignorar que a Cidade, na dimensão de suas edificações, traduz-se como espaço de figurações de utopias coletivas diferenciadas.

No corpo dos gestos fundadores dos espaços humanizados criado pelo homem, a Cidade autoriza a liberdade de duas maneiras: distribui valores, crenças, costumes e tradições entre os grupos humanos que nela habitam porque ela é um gigantesco equipamento coletivo à disposição de todos, autorizando, de forma correlata, o conflito de liberdades e sua afirmação. Por outro lado, ela se constrói na medida exata do vai-e-vem das trocas sociais e simbólicas que nela existem.

Segunda armadilha: o esquecimento de que o postulado que afirma "ar da cidade torna os homens livres" é tributário do corpo de tradições e crenças do patrimônio cultural legado pelo Ocidente. Foi a Cidade moderna como *corpus* de idéias que difundiu os mitos, lendas, crenças e valores ético-morais que caracterizaram a idéia de uma conquista progressiva da autonomia moral do Sujeito humano.

¹⁴ Cf. R. Sennet, *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

Neste ponto, todo o projeto político de redemocratizar a cultura na Cidade contemporânea se confronta com uma contradição: a busca da regularidade de formas de vida social, a partir de imperativos categóricos de sistemas de leis de tombamento e o resgate dos processos coletivos de criação simbólica que presidem o saber-fazer de seus distintos grupos urbanos. O dispositivo urbano se caracteriza, assim, por ser um tipo de agrupamento humano onde os indivíduos e grupos vivem num sistema de convenções, organizados pelo Estado e sujeitos ao conhecimento científico e técnico.

Conclusão

A cidade é uma forma de agrupamento humano onde indivíduos e grupos interagem nas diferenças de suas memórias, regulado pelo costume e amarrados por valores éticos morais e cuja prática quotidiana não se esgota nas formas do individualismo democrático que herdamos da época da Luzes.

Diferentemente do que pensava Maquiavel, vislumbrar a preservação da memória numa cidade democrática não é instrumentalizar apenas o tombamento de suas edificações através da ação centralizada do Estado, conforme o legado que herdamos da crença nos valores da Modernidade.

Pensar os bens culturais intangíveis no interior do humanismo jurídico de políticas de preservação cultural implica considerar o movimento plural de trocas simbólicas entre grupos urbanos que toma a forma de associações livres de cidadãos, o que coloca a cidade e a cidadania ainda como fenômeno a definir na contemporaneidade e a possibilidade de se pensar novas regras de vida coletiva num universo que sacralize o pensamento da diferença. Isto encerra uns dialéticos *suis generis* de se operar com a dimensão ética e estética da Cultura (valores, crenças, tradições, visões de mundo e estilos de vida diferenciais) para além do patrimônio edificado. Trata-se, finalmente, de se pensar a Cidade como reservatório concreto e efetivo de memórias coletivas e de vontades de indivíduos e grupos que, compartilhando um mesmo território, agem em conjunto e reinventam quotidianamente a Cidade.

Neste ponto, é importante reter que o destino da Cidade na história nos ensina que ela é lugar de uma elaboração ética progressiva da vida social construída pelo Ocidente. Preservar e valorizar bens culturais e patrimoniais só tem sentido se pensarmos tais bens no corpo de memórias coletivas negociadas e não a concebermos como mero território de reativação de tradições perdidas e da nostalgia do passado.

Referenciais

- GANDILLAC, M. "Gênese da Modernidade". RJ, Ed.34, 1995.
- MUNFORD, L. "A cidade na História". SP, Martins Fontes, 1982.
- COULANGES, F. de. "A cidade antiga". SP, Martins Fontes, 1981.
- COX, H. "A cidade do homem". RJ, Paz e Terra, 1971.
- ASSAY, P. & Schoonbrodt, R. "Penser la Ville". Paris, AAM, 1989
- NORBERG-SCHULZ, "El significado en la arquitectura occidental". B. Aires, Summa, 1980.
- CERTEAU, M. de. "A invenção do cotidiano". Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- WOFFLIN, H. "Renascença e Barroco". SP, Perspectiva, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, C. "L'Identité". Paris, PUF, 1977.
- SENNET, R. "O declínio do homem público". São Paulo, Cia das Letras, 1988.